

À

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF

Referência: Pregão Eletrônico nº 90052/2024

Processo nº 59500.002758/2022-16-e

A **ALGAR TI CONSULTORIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.510.654/0004-21, com sede na SBS Q. 02 BL. Q SALA 402 – Brasília-DF, vem, por meio de seus representantes infrafirmados, com fulcro na Seção 5.3 do edital e no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão que determinou a habilitação e declaração como vencedora do Pregão em epígrafe a empresa **CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA**, CNPJ 00.308.141/0009-23, pelos argumentos de fato e de direitos a seguir expostos.

I. DA SÍNTESE DA DEMANDA

1. Trata-se de Pregão Eletrônico promovido por este órgão cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.
2. Em breve síntese, após a fase de lances, a empresa **CONNECTCOM** apresentou o menor preço, sendo convocada para envio da proposta ajustada com os devidos documentos de habilitação previstos no Edital.
3. Após promovidas diligências e dirimidas as dúvidas quanto a proposta comercial, a Recorrida foi habilitada e aceita.

4. Entretanto, em que pese todo o empenho deste r. Pregoeiro, a decisão merece reforma, uma vez que a empresa vencedora não cumpriu satisfatoriamente todas as exigências contidas no edital.
5. Conforme restará comprovado, a empresa CONNECTCOM não logrou êxito na comprovação da exequibilidade da proposta de preços, motivo pelo qual a proposta da Recorrida deve ser desclassificada.
6. E, diante da não comprovação do cumprimento da reserva de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a inabilitação da Recorrida é medida que se impõe.
7. Esta é a síntese dos fatos.
8. Com essas premissas estabelecidas, adentra-se ao mérito recursal, chamando a atenção de V. Sa. às mais variadas irregularidades destacadas, que impõem a reforma da decisão com a consequente inabilitação da ora Recorrida, empresa CONNECTCOM. Senão vejamos.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS QUE JUSTIFICAM A REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

9. O objetivo do presente recurso é demonstrar que a Recorrida não comprovou os requisitos necessários para demonstrar a exequibilidade da proposta de preços ofertada, bem como não cumpre as regras exigidas pelo Edital no tocante ao cumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social
10. Destaca-se ainda que as presentes razões recursais trazem à baila a aplicação da nova Lei de Licitações, de nº 14.133/2021, e interpretação do Edital condizente com os princípios da legalidade, da competitividade e da vantajosidade os quais a r. Comissão deve se ater.
11. Embora a condução do processo licitatório em epígrafe tenha ocorrido em consonância com as regras estabelecidas na legislação que regula o tema, a decisão levada a termo por esta respeitosa Comissão no tocante a aceitação da proposta e a decisão pela habilitação da empresa Recorrida contrastam com a legalidade e isonomia esperadas quando da competição por uma proposta capaz de atender integralmente às necessidades da Administração Pública.

II.I. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

12. *In casu*, após a análise da proposta apresentada pela Recorrida e diversos questionamentos respondidos pela Comissão de Licitação, cabe destacar os pontos a seguir que demonstram a inexecuibilidade da proposta justificando, assim, a reforma da decisão e a desclassificação da proposta

da empresa CONNECTCOM.

13. Inicialmente, cabe destacar um ponto de extrema importância que foi desconsiderado pela Recorrida em sua precificação diz respeito à CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

14. Em que pese constar na resposta ao esclarecimento “Comunicação Externa 177/2024” a necessidade de previsão nos custos de formação do preço o regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024, que impõe uma redução gradual das alíquotas da CPRB e uma elevação também gradual das alíquotas da Contribuição Previdenciária Patronal, para todo o período contratual, a Recorrida não procedeu conforme determinado.

15. Cabe destacar que boa parte das respostas aos esclarecimentos foram postados ao final do dia anterior à abertura do certame, o que deveria ter motivado a republicação do edital, uma vez que tal resposta claramente afetou a formulação das propostas, a saber:

*Comunicação Externa 177/2024 - d) Questionamento 4: Devemos prever integralmente em nossa proposta a composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual, considerando-se que já trata-se de fato concreto e conhecido por todos conforme previsão legal? R: **Sim, está certo seu entendimento.***

16. Porém, não pode a Recorrida se utilizar da própria da torpeza ao não considerar a resposta ao esclarecimento publicado pelo órgão licitante e apresentar uma proposta comercial que fere os ditames do edital, uma vez que tais respostas são vinculantes.

17. Assim, resta claro que a Recorrida ao desprezar o esclarecimento prestado pela Administração ofertou uma proposta mais vantajosa com relação aos demais licitantes, o que não se pode permitir.

18. Ainda, a respeito da inexigibilidade da proposta apresentada pela Recorrida, fato este que poderá comprometer a execução do serviço contrato vindo a empresa a causar prejuízos ao erário, pois o valor ofertado é verdadeiramente insuficiente para a execução dos serviços, cabe destacar os itens que se seguem em total dissonância com os valores dos profissionais no mercado de TI.

19. É certo que o edital traz um quadro de referência salarial que informa os salários máximos dos profissionais que atuarão na contratação, a fim de serem usados como parâmetro para os licitantes estimarem os seus custos, sendo que os valores são orientativos e não obrigatórios a serem cumpridos.

20. Ocorre que, os valores apresentados pela Recorrida são plenamente inexequíveis, visto que em desconformidade com o valor de mercado, sendo necessária a comprovação de que a empresa

possui em seu quadro os perfis com os salários apresentados.

21. Ademais, o Edital é claro em estabelecer que os serviços devem ser prestados com dedicação exclusiva dos profissionais, não permitindo o compartilhamento. Ao que parece, a Recorrida apenas prestará os serviços que esse órgão licitante necessita com os valores de salários apresentados se utilizar a estratégia de compartilhamento de profissionais, o que não se pode permitir.

22. A exemplo, o valor de referência salarial máximo constante no edital para o perfil Administrador em segurança da informação Sênior é de R\$ R\$ 27.520,05, sendo que a Recorrida apresentou em sua proposta o valor de R\$ 9.269,74 para o salário INTEGRAL desse profissional, ou seja, a Recorrida ofertou um salário de, aproximadamente, 38% do valor estimado. Como empresa especializada na prestação de serviços de TI, a Recorrente afirma a impossibilidade de contratação de profissional do referido perfil, o qual se exige uma qualificação técnica arrojada, com o salário apresentado pela Recorrida.

23. Ora, considerando inclusive o que consta no Item “8.1.5. *No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*”, tal valor deve ser tratado, ao menos, como presunção de inexecuibilidade da proposta, tendo em vista que a Recorrida sequer estimou um valor de salário adequado para um perfil de tamanha complexidade e que deve possuir uma qualificação robusta, com diversas certificações e treinamentos.

24. Isto ocorre igualmente com o perfil de Administrador de Banco de dados Sênior (41% do valor estimado), Analista de redes e de comunicação de dados Sênior (42% do valor estimado), Analista de suporte computacional Sênior (Especializado em Servidores Windows) (29% do valor estimado), Analista de suporte computacional Sênior (Especializado em Servidores Linux) (29% do valor estimado), dentre outros.

25. Sobre o quantitativo mínimo imposto pelo órgão licitante, segue o esclarecimento que trata a questão e reafirma a necessidade de desclassificação de empresas que apresentarem número inferior ao exigido pelo Edital:

Comunicação Externa nº 151 - 12. As empresas que apresentarem quantitativos de profissionais inferiores em sua proposta e planilha de preços aos especificados no Edital e Termo de Referência serão desclassificadas. Está correto nosso entendimento? Resposta: Sim, está correto o entendimento.

Comunicação Externa nº 155 - QUESTIONAMENTO 1: Considerando a “Tabela III”, abaixo, extraída do Edital - CODEVASF, por meio do Subitem: “5.5. Compete exclusivamente à CONTRATANTE a decisão de autorizar ou não a redução da equipe de atendimento. Essa responsabilidade envolve uma análise criteriosa dos impactos potenciais dessa medida, considerando aspectos como eficiência operacional, qualidade do serviço e capacidade de atendimento às

demandas contratualmente estabelecidas.”

Entendemos que, as empresas licitantes, que em suas formações de preços, apresentarem dimensionamento total da equipe, inferior a 56 (cinquenta e seis) profissionais, serão automaticamente desclassificadas. Está correto nosso entendimento? Do contrário, favor explicar detalhadamente.

Resposta: Sim, está correto o entendimento.

26. O cumprimento da exigência de quantitativo mínimo de profissionais para a prestação dos serviços está em consonância com necessidade de cumprimento das metas iniciais, principalmente nos primeiros 90 dias de contrato, nos termos reiterados pela resposta ao questionamento apresentado pelo órgão licitante, *in verbis*:

Período Inicial dos serviços –

Em relação ao item 12.1.4 do Termo de Referência, que exige que as metas iniciais sejam cumpridas pela CONTRATADA nos primeiros 90 dias, questiona-se: Os licitantes que não apresentarem, em suas planilhas de custo, o quantitativo mínimo de profissionais necessário para esse período inicial serão desclassificados? **R: Está correto o entendimento.**

27. Portando, depreende-se do Item 25 e 26 deste recurso administrativo que, não há nenhuma possibilidade de compartilhamento já no início da prestação dos serviços. Ou seja, não é próspero que em suas contrarrazões a Recorrida afirme que os salários são referentes às proporcionalidades de possíveis compartilhamentos.

28. Por fim, o possível prejuízo a ser sofrido pela Recorrida certamente será repassado para a CODEVASF. Mesmo uma empresa de grande porte e com saúde financeira não consegue suportar execução de contratos em prejuízo, o que certamente impactará na qualidade dos serviços e, de forma mais grave, na “entrega” do contrato.

29. Ainda que a Recorrida atuasse no seu limite de prestação de serviços com inúmeros compartilhamentos, após, obviamente, os 90 (noventa) dias iniciais, correndo sério risco de glosas e multas, considerando que em sua planilha de custos a Recorrida afirma que terá Lucro/Custos Indiretos de 3,61%, uma simples multa prevista na alínea “a” do Item 15.1 do Termo de Referência durante 30 dias sem resolução já coloca o contrato em prejuízo, de fato.

30. Como orienta a melhor corrente administrativista, quando o ofertante, ainda que sólido e titular de capacidade financeira, demonstrar proposta deficitária caracterizada por preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, deverá ter sua proposta desclassificada no procedimento.

31. Sobre o assunto, oportuníssimo momento para trazer à baila os comentários tecidos pelo mestre MARÇAL JUSTEN FILHO, em sua acatada obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Aide Editora 2ª ed. pp. 263), *in verbis*:

"A Comissão deverá excluir do certame as propostas que apresentem preços diminutos a ponto de inviabilizar a execução do objeto licitado (art. 44, § 3º). A Lei reprovava as propostas com preços ínfimos. Obviamente, a reprovação da Lei não se dirige contra o preço reduzido. A desproporção entre a estimativa de custo e a oferta autoriza a presunção da inviabilidade da execução da proposta. O preço irrisório não representa vantagem para a Administração Pública, pois, o particular não terá condições de executar as prestações que lhe incumbem. A Administração sofrerá maior prejuízo, consistente na frustração dos cronogramas, prestações mal adimplidas, necessidade de nova licitação etc. A licitação visa selecionar a proposta de menor preço, mas economicamente executável. A nova lei não admite outras hipóteses de preço mínimo. Isso não significa impossibilidade de desclassificação fundada em irrisoriedade do preço. Não é necessário para a desclassificação que a proposta seja gratuita ("valor zero"). Basta que sejam de valor irrisório ou simbólico." (ob. cit. página 271)

32. No caso concreto, o valor ofertado pela empresa para vencer no certame tornou sua proposta verdadeiramente insuficiente para manter a execução do contrato com a CODEVASF, uma vez que os valores apresentados estão muito abaixo do valor dos salários dos profissionais no mercado de TI, sendo que a empresa supostamente vencedora não conseguirá realizar a entrega do serviço pretendido, ora licitado, no valor ofertado.

33. Por tal razão, tantos os custos dos profissionais quanto a desconsideração do regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024, que impõe uma redução gradual das alíquotas da CPRB e uma elevação também gradual das alíquotas da Contribuição Previdenciária Patronal, devem ser analisados rigorosamente, para evitar colapsos e suas consequências desastrosas ao órgão licitante. Por conseguinte, é dever da CODEVASF evitar a celebração de contratos inexecutáveis, pois, incumbe a ele, impedir que o erário se arrisque a tanto.

34. O que se observa no caso em tela, é que não há a menor possibilidade da empresa ofertar o serviço objeto do contrato em tela, sem que burle a legislação, uma vez demonstrada a inexecutabilidade dos preços ofertados para tais itens, sendo que este Órgão não pode corroborar com tal prática.

35. A solução correta, e necessária, é a desclassificação da proposta, e consequente inabilitação da empresa, posto que seu preço é inexecutável. A propósito, assim o definiu o legislador no artigo 59, inciso III da Lei 14.133/2021.

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexecutáveis ou permanecerem acima do orçamento

estimado para a contratação;

36. Não se pode negar que uma das maiores problemáticas atuais, existentes no Instituto das Licitações, é a inexecutabilidade de preços. De fato, como existe uma pressão muito grande para que o menor preço seja aceito como proposta mais vantajosa, o administrador, na maioria das vezes, não se arrisca a ser sacrificado por desqualificar uma proposta que é nominalmente de menor preço.

37. O que se deve deixar claro é que: preço baixo não é sinônimo de vantagem para o contratante. Proposta vantajosa é aquela que, além de oferecer o menor preço, além de pagar todos os custos que incidem sobre a contratação, entrega os serviços com a qualidade que o edital exigiu.

38. A atual lei consagrou, acertadamente, o menor preço como critério de escolha (ressalvadas as licitações de técnica e preço, cada vez menos utilizadas). Mas, paradoxalmente, esse critério também permitiu, por absoluta falta de ferramenta legal para impedi-lo, a possibilidade do contrato mal cumprido. Nesse sentido, vale trazer à baila os ensinamentos de Carlos Ari Sundfeld, acerca da necessidade de seriedade das propostas, *verbis*:

“A seriedade da proposta depende da efetiva viabilidade de ser honrada. Não é séria a proposta com preço inexecutável. Por isso, a lei determina a desclassificação de “proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos”
(in Licitação e Contrato Administrativo, Carlos Ari Sundfeld, Editora Malheiros, pag. 146)

39. Entrementes, o principal objetivo de um procedimento licitatório não é apenas a seleção do menor preço, mas oportunizar, a efetiva realização do contrato formalizado entre o futuro contratante e a empresa vencedora. Ou seja, no caso em tela, a CODEVASF deve levar em consideração que não basta apenas a empresa ter apresentado o menor preço, mas o órgão licitante também deve aferir se tal preço tem a potencialidade de assegurar o cumprimento integral do contrato, o que não ocorreu no caso em tela.

40. Desse modo, à guisa de arremate, tem-se que o objetivo do legislador no caso em questão é justamente evitar que ao se adotar o critério “menor preço” não seja admitida a apresentação de proposta irrisória. Até porque, como já mencionado, o preço inexecutável acarreta a própria ineficácia da manutenção do contrato administrativo, resultando, assim, na potencialidade de sua inexecução.

41. Ora, diante da clareza do entendimento doutrinário e jurisprudencial, que veda a adoção de práticas tendentes à dominação de mercados e à eliminação da concorrência, aceitar uma proposta inexecutável sob o fundamento de que o licitante tem condições de cumpri-la implica reconhecer que a CODEVASF está a salvo da observância de normas constitucionais, o que se revela contrário aos ditames do Estado de Direito e aos princípios da legalidade e da moralidade.

42. A inexecuibilidade da proposta deveria ter afastado a Recorrida imediatamente do certame, ou mesmo a sua presunção deveria impulsionar novas diligências para comprovar a viabilidade da proposta e consequente execução do futuro contrato.

43. Importante registrar que a Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

44. A toda evidência que o cuidado para a plena satisfação e preservação do interesse público é o dever primeiro dos entes públicos que, ao assim procederem, darão concretude ao comando constitucional do caput do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

45. O próprio sistema jurídico, baseado em princípios e textos normativos, observa as situações que possam ensejar um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, incitando a ampla concorrência, porém, sempre mediante o estreito balizamento legal.

46. Com efeito, faz-se necessária a desclassificação da empresa CONNECTCOM diante da apresentação de uma proposta inexecuível.

47. É princípio de toda licitação pública que o julgamento do gestor se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração em confronto com o apresentado pelos licitantes dentro do permitido pelo edital. Em tema de licitação, a margem de valoração subjetiva e de discricionarismo no julgamento é reduzida e delimitada pelo estabelecido no edital.

48. Se assim não fosse, a licitação perderia a sua finalidade, justificando-se a escolha direta do contratado pela Administração, independentemente da documentação apresentada. Aliás, é no dever de julgamento objetivo que o princípio da isonomia ganha maior importância.

49. Nessa linha de entendimento, vale trazer a preleção do professor HELY LOPES MEIRELLES:

“O princípio do julgamento objetivo afasta o discricionarismo, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, levando sempre em consideração o interesse do serviço público (...).” (Lopes Meirelles – Licitação e Contrato Administrativo, pág. 26 e seguintes – 8ª edição)

50. Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia, o qual não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

51. Isso significa dizer que tanto as regras de regência substantiva quanto procedimental não poderão ser atropeladas pela Administração e pelos licitantes, permanecendo vigorosas ao longo da licitação.

52. Assim, é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade. No presente caso, habilitar a empresa mesmo que ela não tenha cumprido e apresentado uma proposta comercial nos termos exigidos representa afronta direta ao edital, notadamente, à vinculação de seus termos e ao julgamento objetivo.

53. Dessa forma, vislumbra-se que seria um ônus direto para o erário público a manutenção da decisão que declarou a CONNECTCOM como vencedora do certame, visto que os custos apresentados não suprem a operação que a CODEVASF espera e necessita, o que certamente ocasionará a má execução dos serviços e, a longo prazo, a rescisão do contrato.

54. Diante do exposto, infere-se que os argumentos trazidos pela Recorrente em sua peça recursal mostram-se suficientes para promover a reforma da decisão proferida pela r. Comissão que deve ser norteadas pelos princípios do direito administrativo e em conformidade com a legislação vigente.

II.II. DO NÃO CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS DE PCDs

55. Por fim, cabe destacar o descumprimento do requisito habilitatório previsto no item 6.1.11.”g” do Edital, que determina a apresentação de declaração pelas licitantes *“de que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de*

1991”.

56. Diferentemente da Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021 previu expressamente a reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social como um requisito de habilitação, sendo que a Administração não tem margem para dispensar essa exigência, conforme disposto na Lei:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

[...]

IV – será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."

57. Tal entendimento foi corroborado pela resposta ao questionamento ofertado pela CODEVASF, ao afirmar as exigências previstas no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, devem ser cumpridas sob pena de inabilitação da licitante, a saber:

Entendemos que o cumprimento das obrigações estabelecidas no item G, que exige que os serviços sejam prestados por empresas que comprovem a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, é essencial para a habilitação no presente certame.

R: Sim, está certo seu entendimento.

58. *In casu*, a Recorrida declarou a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade, porém conforme pode ser verificado na Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na data de hoje (18/11/2024) e no dia da licitação (07/11/2024), a empresa CONNECTCOM emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS
LTDA

CNPJ: 00.308.141/0009-23

CERTIDÃO EMITIDA em 18/11/2024, às 23:30:29

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 15/11/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **tSmrvx1CnksrAUg**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 15/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 15/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

59. Para confirmação da veracidade desta certidão, abaixo, segue o link para conferência.

<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>

Deve-se inserir o CNPJ da Recorrida.

60. Resta claro que a Recorrida não cumpriu o quanto determinado pelo Edital e o que impõe a legislação pertinente, motivo pelo qual deve ser inabilitada. Desse modo, requer-se a reforma da decisão que habilitou a empresa CONNECTCOM.

III. DOS PEDIDOS

61. À vista do exposto, confiante na atenção e eficiência com que tem sido direcionada a presente contratação, requer à V. Sa., com acatamento e respeito, seja a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.308.141/0009-23 declarada inabilitada do presente certame, em função da flagrante irregularidade do valor de sua proposta, que feriu os princípios que informam as licitações públicas, bem como, o não atendimento ao item 6.1.11."g" do Edital.

62. Na hipótese, ainda que remota, de não reforma da decisão ora combatida, requer que o presente recurso seja remetido à autoridade superior, para nova apreciação.

63. Caso não seja reformada de pronto a decisão que declarou vencedora da empresa CONNECTCOM, requer-se, a fim de resguardar o interesse público, a promoção de novas diligências para a aferição da exequibilidade de sua proposta, com a emissão de Nota Técnica da r. Comissão de Licitação, inclusive com a comprovação de que a Recorrida já possui em seus quadros de funcionários com os perfis solicitados e respectivos salários.

Nesses termos

Pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2024.

Algar TI Consultoria S/A
CNPJ: 05.510.654/0004-21
André Bezerra Ramos
CPF: 908.034.421-49 | RG: 1.624.579 SSP/DF